

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DURANTE A REFORMA EDUCACIONAL DE CARNEIRO LEÃO: CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES DO ATO Nº 1239 SOB DIREÇÃO TÉCNICA EDUCACIONAL DE ANÍBAL BRUNO

Marcela Sabrina de Albuquerque Pessoa

Universidade Federal de Pernambuco

marcela-pessoa@hotmail.com

Introdução:

No final do século XIX e início do século XX, o Brasil vivia o que se convencionou chamar Primeira República ou República Velha. O sistema agrário era predominante. Nesse período, surgiram as primeiras indústrias e crescia a urbanização. A partir daí, diante das mudanças que vinham ocorrendo nesse tipo de organização econômico-social brasileira, surgiu a necessidade de popularização da educação para que as massas populares tivessem um maior acesso ao ensino escolar e, de certo modo, também à qualificação profissional. A dificuldade de importação de produtos industrializados advindos de outros continentes por conta da 1ª Guerra Mundial favoreceu ao crescimento das indústrias brasileiras, aumentando a necessidade por mão de obra, o que contribuiu com a preocupação com o ensino dos trabalhadores. Neste sentido, a educação passou a ser vista, por vários dos intelectuais da época, como um instrumento para superação do atraso da sociedade brasileira, que estava dominada pelo ideário oligárquico e a necessidade de uma identidade nacional.

A organização da escola, trabalho, pedagogia, formação de professores e ciências da educação proporcionaram um campo social no qual o governo do indivíduo viria a surgir e tomar forma. As questões da reforma na escola e da profissionalização são incorporadas a essas relações organizacionais. (POPKEWITZ, 1997, p. 53).

À medida que se pensava em educação como um instrumento de extrema importância para o desenvolvimento do país, fazia-se necessário alterar os processos pedagógicos, ampliando e modificando os métodos de ensino, a organização das escolas, alterando assim as práticas escolares. As reformas ocorridas entre os anos 1920 e 1930, atendiam ao forte apelo da modernização do país, e ao mesmo tempo defendiam igualdade de condições para o acesso à educação pública.

Era imperioso republicanizar a República, e a educação era considerada o instrumento adequado. Obviamente, não uma educação qualquer, mas aquela que viesse responder às exigências de uma nova sociedade, de formato industrial, urbano, em evolução para uma democracia social e econômica. Importante era a unificação de ideais e objetivos a serem atendidos pelo sistema educacional, em âmbito nacional, por uma política traçada pelas elites governantes. O ideal democrático valorizava o ensino profissional. E o liberal acenava para a mobilidade social via escola, defendendo o lema educação para todos como instrumento viabilizador da ascensão social,

tornando possível, pela escola, uma sociedade aberta. Salientemos que, no escolanovismo, está também presente o princípio de igualdade e oportunidade para todos. A educação deveria tornar o povo brasileiro uma força criadora. (ARAÚJO, 2009, p.121-122).

Segundo Cristina Araújo (2002), a Reforma Carneiro Leão da educação pernambucana inspirou-se na Escola Nova, com vistas ao contexto de modernização vigente no país àquela época. Sua expectativa era de conceder uma educação que atendesse aos anseios da nova sociedade industrial e urbana que surgia. Através do Ato nº 1239, instituído pelo governador de Pernambuco, Estácio Coimbra, ocorreu a expansão da escolaridade, a revitalização da carreira do professor, a melhoria da qualidade do ensino em termos técnicos, o aumento da duração da escola primária, a elevação da idade para o ingresso na Escola Normal, a criação de cursos de aperfeiçoamento e a adoção de medidas de amparo aos alunos mais pobres com vistas a uma modernização econômico-social do estado, medidas essas que devem (ou não) ter se estendido até o governo de Getúlio Vargas. Assim, este trabalho surgiu do desejo de dar continuidade à pesquisa realizada no curso de mestrado em educação, buscando entender as particularidades da organização da educação no estado de Pernambuco durante a primeira fase da República Oligárquica no Brasil e passagem para o governo de Getúlio Vargas.

Pretendemos, então, em nossa pesquisa, analisar, através dos discursos, os desdobramentos da Reforma Educacional de Carneiro Leão na passagem da República Velha para o Governo Vargas durante a regência do diretor Técnico de Pernambuco, o professor Aníbal Bruno. Percebendo, especificamente, particularidades da formação de professores para atender a demanda do ensino público, bem como as especificidades de cada tipo de escola e categoria do alunado a ser atendido por esta. Levando-se em consideração, tendo em vista que desejamos perceber continuidades e descontinuidades da Reforma Educacional Carneiro Leão, os períodos relativos à década de 1920 e 1930 no Brasil e a exigência da formação de professores específicos para cada nível e tipo de escola.

Metodologia, resultados e discussão:

Este trabalho surgiu do desejo de dar continuidade à pesquisa realizada no curso de Mestrado em Educação, através de pesquisa em andamento no curso de Doutorado em Educação, buscando entender as particularidades da organização da educação no estado de Pernambuco durante a República Oligárquica e passagem para o governo de Getúlio Vargas, sendo, neste sentido, uma possibilidade de observar algumas questões sobre a temática educacional, particularmente o período relativo à Reforma Educacional de Carneiro Leão em Pernambuco e sua prática durante a vigência do Diretor Técnico em Educação de Pernambuco, Aníbal Bruno. A partir de conhecimentos prévios da área de história e educação, fomos à procura de fontes do período, percebendo neste processo o quanto se faz necessário entender a conjuntura da educação em Pernambuco durante essa fase já que, as fontes que descrevem tal conjuntura são muito escassas. Daremos, em certo sentido, uma atenção especial à questão da formação de professores para atender a demanda escolar do período.

Neste estudo, seguiremos a abordagem historiográfica de Michel de Certeau (2011), utilizando uma visão não tradicionalista da história, percebendo novas nuances e diferentes pontos de vistas relacionados às questões estudadas, percebendo, através dos estudos de Peter Burke (2011) novas possibilidades de pesquisas. A própria leitura dos documentos na nova história é diferenciada (e assim procederemos) já que nossa relação com os textos, mesmo sendo eles, textos do passado, não pode ser a mesma que aquela dos leitores do passado. As ideias de Carneiro Leão resultaram das transformações que ocorriam na sociedade brasileira no início do século XX, período de crescimento da indústria nacional e de grande necessidade

de mão de obra. A década de 1920 foi marcada pelo entusiasmo de educadores e por reformas que desejavam atender ao novo sistema econômico e aos anseios da sociedade, além da reestruturação do ensino e de um novo modelo de escola (Escola Nova). Assim, em virtude da política estadualista, as várias reformas instituídas foram estaduais e com caráter individualista, proposta por apenas um educador ou um pequeno grupo de educadores (PESSOA, M. S. A, 2015). Assim, nossa análise das fontes leva em consideração que o documento é uma produção social, como nos afirma Le Goff (1994), e finalmente, encerramos nossos procedimentos, sobretudo, com a perspectiva da análise do discurso.

Debruçaremos assim, por obras de estudiosos em história da educação que darão sustentabilidade em si tratando de uma pesquisa educacional, como Souza (2009), o qual afirma:

A diversidade de temas e problemáticas relacionadas à educação nos permite vislumbrar recortes teóricos e metodológicos muito interessantes, tanto na complexidade de interpretação quanto no impacto da produção do conhecimento sobre a realidade social. Tal dinâmica permite, ainda, a descoberta de novas fontes, outros arquivos públicos, e também privados, e novos olhares sobre velhos problemas afetos a nossa área de conhecimento: A Educação. (SOUZA, 2009, p. 09).

De acordo com nossos objetivos, buscaremos, então, realizar uma pesquisa de caráter exploratório que busca proporcionar uma maior análise e contextualização do problema com vistas a torná-lo mais explícito (GIL, 2010). Trabalharemos assim com a Nova História, no intuito de buscar novas abordagens a partir de novas perspectivas em relação ao nosso tema de pesquisa. Em particular em nosso trabalho, utilizaremos a lei da Reforma Educacional de Carneiro Leão, Ato nº 1239, estabelecendo um paralelo entre o documento: “A Educação Nova” da Conferência Pronunciada em 20 de junho de 1931, no Teatro Santa Isabel, pelo Dr. Aníbal Bruno, Diretor Técnico de Educação; e “Um Programa de Política Educacional: Exposição apresentada ao Secretário do Interior do estado de Pernambuco”, da Diretoria Técnica de Educação, 1935. E os artigos do Jornal do Recife, seção da tarde, entre o dia 1 de novembro de 1928 e 31 de dezembro de 1935, nas colunas referentes às notícias sobre a educação. Utilizando, para esse estudo a metodologia da Análise de Discurso para atender aos nossos objetivos e anseios, tendo em vista que esta considera que a linguagem não é transparente, sendo importante o “como” e não “o quê”, produzindo um conhecimento a partir do próprio texto, tendo este, “uma materialidade simbólica própria e significativa”. (ORLANDI, p. 19). Foucault (1996), por sua vez, trata a formação discursiva como histórica e envolvida num conjunto de regras não conhecidas de modo evidente, porém essas regras, determinadas no tempo e no espaço, definem uma época dada, dentro de uma área social, econômica, política e linguística. Contudo, ambiguidades se mantêm num ou noutro contexto estudado, mas seus efeitos gerados são diferentes e são justamente esses efeitos de sentido que nos interessam. Os sentidos estão contidos num contexto sócio histórico. A partir dessa base, como analistas do discurso, poderemos investir em conhecimentos que expandirão nosso campo de compreensão. Entendendo assim, que a relação com a linguagem não é inocente, buscamos em nossa pesquisa articular o simbólico, o político, o econômico, o histórico, o social e o inconsciente, examinando não a palavra pura, mas seus significados.

Levamos em consideração, que os processos discursivos fazem parte da dinâmica das atribuições de sentido que acabam por construir o simbólico, são os sentidos que circulam considerando a história da circulação deles no social e no interdiscurso. O surgimento do indivíduo no social significa ainda sua entrada em algo que já está em processo. Os sentidos já existem antes mesmo da existência do indivíduo. É a partir do simbólico/ideológico que se

organizam os lugares para o sujeito. O ideológico funciona então, no processo de promoção do apagamento para o sujeito, até mesmo de sua forma de se constituir como tal, dando a ilusão de que o sujeito e o sentido sempre estivessem se constituído da mesma forma. Desse modo, para a AD francesa, o sujeito é essencialmente histórico e ideológico, pois faz parte de um lugar e um tempo. O seu discurso ocorrerá em relação ao discurso do outro, estando inserido em um contexto socialmente produzido. Esta relação entre a língua e o social serão decisivos para a interpretação do discurso, pois, a interpretação do mesmo é um ato a nível. Levando-se em consideração que a linguagem não é transparente, procuraremos detectar quais significados e ideologias circulantes encontravam-se presentes nos textos analisados, vendo, a partir da prática da linguagem, o ser humano (ou os seres humanos falando), compreendendo a língua enquanto trabalho simbólico e produtor de sentidos, e o universo histórico em que o discurso está inserido, para posterior análise (PESSOA, M. S. A, 2015). E, é dessa maneira que trataremos nossas fontes.

Conclusões:

A Reforma Carneiro Leão da educação pernambucana inspirou-se na Escola Nova, com vistas ao contexto de modernização vigente no país àquela época. Sua expectativa era de conceder uma educação que atendesse aos anseios da nova sociedade industrial e urbana que surgia. “Para Carneiro Leão, a educação tornaria o povo brasileiro uma força criadora, neutralizando a carga nociva e vergonhosa advinda de nossas raízes étnicas”. (ARAÚJO, 2002) Uma amostra da influência das teorias raciais da época. Além disso, percebemos também que, no Brasil durante a maior parte do século XX, os níveis de escolaridade masculina foram sempre mais altos. A situação só começou a mudar quando as alunas do magistério passaram a ter o direito de prestar o vestibular. Em nossos estudos fica clara a preocupação com formações diferenciadas tanto para professores quanto para professoras, e a priorização de professoras para o ensino infantil e professores para o ensino normal (magistério). As questões de gênero que, em geral, tratam na maioria das pesquisas de períodos históricos mais contemporâneos, podem ser também analisadas no âmbito da República Oligárquica, nos discursos presentes em documentos propostos por Carneiro Leão e Aníbal Bruno. Algo que, por sinal, ainda percebemos de forma corriqueira em nossas escolas até hoje. Como uma espécie de pré-organização daquilo que vemos hoje nos ambientes escolares.

Finalmente, podemos então afirmar que, havia ainda na República Velha, uma imposição de uma organização escolar voltada para uma divisão que posteriormente iria incidir nas formas de organização do trabalho já que as escolas da época estavam organizadas especificamente para formação de mão de obra para o mercado de trabalho, em especial para as indústrias. Tanto as escolas de ensino infantil, quanto as escolas normais e as escolas profissionais, se organizavam no sentido de hierarquizar socialmente os indivíduos. O que, com o início do governo de Getúlio Vargas, não retrocede completamente, já que embora as mulheres passem a adquirir o direito ao voto, as formas de organização escolar permaneciam muito próximas daquela da república das oligarquias. Aníbal Bruno, neste sentido, procurou dar certa continuidade à organização escolar do ato nº 1239, embora seja provável, e é, neste sentido, o que pretendemos com este estudo, identificar certas continuidades e descontinuidades dessa organização escola instituída em Pernambuco entre o fim da década de 1920 e início dos anos 1930.

Referência:

ARAÚJO, Maria Cristina de A. **A escola nova em Pernambuco:** educação e modernidade. Recife: Fundação Cultura Cidade do Recife, 2002.

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história:** novas perspectivas. Tradução de Magna Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História.** Tradução Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica Arno Vogel. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** Tradução de L. F. de A. Sampaio. 3 ed. São Paulo: Loyola, 1996.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Tradução Bernardo Leitão. 3 ed. Campinas; SP: Editora UNICAMP, 1994.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do Discurso:** princípios e procedimentos. 10 ed. Campinas – SP: Pontes Editores, 2012.

PESSOA, M. S. A. A EDUCAÇÃO DURANTE A REPÚBLICA VELHA EM PERNAMBUCO: um estudo sobre a Reforma Educacional de Carneiro Leão entre os anos 1928 e 1930. 19/05/2015. 140 páginas. Dissertação. UFPE. Recife – PE.

POPKEWITZ, Thomas S. **Reforma Educacional:** uma política sociológica e conhecimento em educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SIMÕES, José Luís (Org.). **Pesquisas em teoria e história da educação.** Recife: Editora Universitária/UFPE, 2010.

SOUZA, Edílson Fernandes de (Org.). **Histórias e Memórias da Educação em Pernambuco.** Recife: Editora Universitária/UFPE, 2009.